

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	986.060
Preferenciais	1.878.384
Total	2.864.444
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Dividendo	14/11/2013	Ordinária		0,07906
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Dividendo	14/11/2013	Preferencial		0,08697

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.067.544	928.386	792.529
1.01	Ativo Circulante	944	253	5.489
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	559	57	4.471
1.01.06	Tributos a Recuperar	336	148	1.018
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	336	148	1.018
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	49	48	0
1.01.08.03	Outros	49	48	0
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	49	48	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.066.600	928.133	787.040
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.903	45.930	39.544
1.02.01.03	Contas a Receber	3.042	3.000	3.056
1.02.01.06	Tributos Diferidos	943	930	1.671
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	943	930	1.671
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.897	20.399	12.674
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.021	21.601	22.143
1.02.01.09.03	Depósitos para Recursos e Outros	12.311	12.311	12.307
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar e Antecipados	9.710	9.290	9.836
1.02.02	Investimentos	1.021.697	882.203	747.496

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.067.544	928.386	792.529
2.01	Passivo Circulante	1.139	1.659	2.868
2.01.03	Obrigações Fiscais	68	642	246
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68	642	246
2.01.05	Outras Obrigações	1.071	1.017	2.622
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	801	669	669
2.01.05.02	Outros	270	348	1.953
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	270	348	769
2.01.05.02.04	Outros Débitos	0	0	1.184
2.02	Passivo Não Circulante	4.605	4.605	4.605
2.02.04	Provisões	4.605	4.605	4.605
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.605	4.605	4.605
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.601	4.601	4.601
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4	4	4
2.03	Patrimônio Líquido	1.061.800	922.122	785.056
2.03.01	Capital Social Realizado	577.400	577.400	577.400
2.03.04	Reservas de Lucros	504.334	384.206	254.555
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	504.334	384.206	254.555
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-19.934	-39.484	-46.899

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	360.369	265.937	162.869
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-884	-810	-867
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	75	-2.482	-85
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	361.178	269.229	163.821
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	360.369	265.937	162.869
3.06	Resultado Financeiro	1.412	1.388	2.313
3.06.01	Receitas Financeiras	2.019	2.925	2.819
3.06.02	Despesas Financeiras	-607	-1.537	-506
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	361.781	267.325	165.182
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-332	-4.653	-588
3.08.01	Corrente	-345	-3.912	0
3.08.02	Diferido	13	-741	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	361.449	262.672	164.594
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	361.449	262.672	164.594
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	361.449	262.672	164.594
4.02	Outros Resultados Abrangentes	19.550	7.415	-21.943
4.02.01	Ajuste de Conversão Reflexo de Coligada	19.382	6.774	11.549
4.02.02	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Coligada	168	641	-33.492
4.03	Resultado Abrangente do Período	380.999	270.087	142.651

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	502	-4.414	4.303
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	603	-1.904	1.361
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto do IR e CS	361.781	267.325	165.182
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-361.781	-269.229	-163.821
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	813	945	4.754
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-608	1.416	-1.048
6.01.02.02	Demais ativos	-42	52	1.882
6.01.02.03	Partes relacionadas	1.633	-7.773	3.884
6.01.02.04	Dividendos recebidos	241.234	141.937	108.791
6.01.02.05	Dividendos pagos	-241.399	-133.442	-108.755
6.01.02.06	Impostos e contribuições	-5	-61	0
6.01.02.07	Demais Passivos	0	-1.184	0
6.01.03	Outros	-914	-3.455	-1.812
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-914	-3.455	-1.812
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	502	-4.414	4.303
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57	4.471	168
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	559	57	4.471

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	577.400	0	384.206	0	-39.484	922.122
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	577.400	0	384.206	0	-39.484	922.122
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-150.926	-90.395	0	-241.321
5.04.06	Dividendos	0	0	-150.926	-90.395	0	-241.321
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	361.449	19.550	380.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	361.449	0	361.449
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	19.550	19.550
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	271.054	-271.054	0	0
5.07	Saldos Finais	577.400	0	504.334	0	-19.934	1.061.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	577.400	0	254.555	0	-46.899	785.056
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	577.400	0	254.555	0	-46.899	785.056
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-70.621	-62.400	0	-133.021
5.04.06	Dividendos	0	0	-70.621	-44.754	0	-115.375
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.646	0	-17.646
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	262.672	7.415	270.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	262.672	0	262.672
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.415	7.415
5.05.02.06	Ajuste de Conversão Reflexo da Coligada	0	0	0	0	6.774	6.774
5.05.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial da Coligada	0	0	0	0	641	641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	200.272	-200.272	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	13.134	-13.134	0	0
5.06.05	Reserva de Lucro	0	0	187.138	-187.138	0	0
5.07	Saldos Finais	577.400	0	384.206	0	-39.484	922.122

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	577.400	0	198.765	0	-24.956	751.209
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	577.400	0	198.765	0	-24.956	751.209
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-69.459	-39.345	0	-108.804
5.04.06	Dividendos	0	0	-69.459	-39.345	0	-108.804
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.594	-21.943	142.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.594	0	164.594
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.943	-21.943
5.05.02.06	Ajuste de Conversão Reflexo da Coligada	0	0	0	0	11.549	0
5.05.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial da Coligada	0	0	0	0	-33.492	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	125.249	-125.249	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	8.230	-8.230	0	0
5.06.05	Reserva de lucro	0	0	117.019	-117.019	0	0
5.07	Saldos Finais	577.400	0	254.555	0	-46.899	785.056

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	170	561	25
7.01.02	Outras Receitas	170	561	25
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-884	-810	-867
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-884	-810	-867
7.03	Valor Adicionado Bruto	-714	-249	-842
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-714	-249	-842
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	363.197	272.154	166.640
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	361.178	269.229	163.821
7.06.02	Receitas Financeiras	2.019	2.925	2.819
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	362.483	271.905	165.798
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	362.483	271.905	165.798
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	428	7.696	698
7.08.02.01	Federais	428	7.696	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	606	1.537	506
7.08.03.01	Juros	606	1.537	0
7.08.03.03	Outras	0	0	506
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	361.449	262.672	164.594
7.08.04.02	Dividendos	90.395	62.400	39.345
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	271.054	200.272	125.249

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasmotor S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

Mercado Interno

O ano de 2013 foi marcado pelo baixo crescimento econômico, com estimativa de mercado do Banco Central de 2,3%. Em um cenário de crescimento modesto, níveis de inflação próximos ao teto da meta de 6% e leve redução no nível de desemprego em relação ao ano de 2012, houve um arrefecimento no crescimento de renda real. Houve impacto negativo também no crédito à pessoa física por conta da retomada dos aumentos na taxa básica de juros (SELIC), fechando o ano em 10,0%.

A conjuntura macroeconômica para 2014 segue incerta, com expectativa do mercado para leve redução no nível de crescimento da economia e continuidade nos patamares da inflação. Parte do crescimento baixo pode ser atribuído às eleições presidenciais, que devem trazer incertezas para a economia brasileira. No que diz respeito ao consumo, o ano que vem deverá ofuscar parcialmente o mercado de linha branca, uma vez que anos de copa do mundo costumam estimular o consumo de televisores e outros produtos de linha marrom.

Mercado externo

No cenário externo, destaque para a aceleração de crescimento nos Estados Unidos. Apesar da polêmica em relação à dívida pública e a paralisação temporária de serviços públicos em outubro, o país encerra 2013 de maneira positiva com retomada de crescimento - representado principalmente pelos números do PIB e criação de novos postos de trabalho. O anúncio, por parte do FED, da redução de compra de ativos financeiros como forma de estimular a economia corrobora a expectativa positiva para 2014.

A União Europeia apresentou conjuntura mais estável se comparada ao ano anterior, mas com previsão de crescer cerca de 1,4% em 2014. No entanto, a região ainda enfrenta desafios como o desemprego que, apesar de estável, mantém-se em patamares elevados. Tanto Alemanha, motor da zona do Euro, quanto Itália e Espanha tem previsão de crescimentos modestos.

A China, que teve crescimento de 7,7% em 2013, o mesmo do ano anterior e o pior desde 1999, deve seguir estável em 2014. Com queda nas exportações, maior alavanca da economia chinesa, e um plano de reformas lançado pelo governo, o desempenho deve se virar para o mercado doméstico gradualmente.

Dentre os impactos do cenário externo para a nossa indústria destaque para a depreciação do real em relação ao dólar, encerrando 2013 em R\$2,34/US\$.

Relatório da Administração

2. RESULTADOS

Lucro Líquido e Dividendos

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 alcançou R\$361 milhões (R\$263 milhões em 2012), equivalente a R\$0,1262 por ação (R\$ R\$0,0917 em 2012).

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de outubro de 2013, re-ratificada em 31 de outubro de 2013, conforme disposição estatutária, foi autorizado o pagamento de dividendos, relativos aos lucros disponíveis em Reservas de Lucros, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2013, no montante de R\$241 milhões.

3. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

A auditoria das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Directa Auditores.

No exercício de 2013, a Brasmotor S. A. utilizou serviços prestados pela Directa Auditores em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos parceiros, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros que, por mais um ano, colaboraram para o desempenho da Companhia e que nos ajudaram a, cada vez mais, superar as dificuldades impostas pelo mercado, em busca da lealdade de nossos consumidores.

A Administração

Fevereiro de 2014

1. Contexto operacional

A Brasmotor S.A. (doravante denominada Companhia ou Brasmotor) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação BMT03 e BMT04).

A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras empresas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação, utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1 Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. A Administração da Companhia e de sua principal coligada é a mesma.

A participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	País sede	Participação no capital social (%)			
		2013		2012	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool S.A	Brasil	44,39	-	44,39	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	Brasil	0,57	44,14	0,57	44,14
Planihold S.A	Brasil	17,49	-	17,49	-

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Investimentos--Continuação

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Não existem ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as coligadas.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas coligadas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante nas demonstrações dos resultados.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto vigentes na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos estejam relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.4 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Provisões--Continuação

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.5 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação--Continuação

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio--Continuação

Companhia, somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento as normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

2.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Pelas análises e julgamento efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução para recuperação de ativos.

2.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Instrumentos financeiros--Continuação

venda.

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica caixa e equivalentes de caixa e outros ativos nessa categoria.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria.
- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica os mútuos com partes relacionadas e outros créditos nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.7a. a 2.7c. acima, sendo que na data de cada balanço são

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria.
- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica os mútuos com partes relacionadas e outros débitos nessa categoria.

2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.9 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013:

- IAS 1 (R) / CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras
- IAS 19 (R) / CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados
- IAS 28 (R) / CPC 18(R2)– Investimentos em Coligada e em Controlada
- IFRS 7 (R) / CPC 40(R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgação
- IFRS 10 / CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas
- IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Empreendimentos Conjuntos
- IFRS 12 / CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades
- IFRS 13 / CPC 46 – Mensurações do Valor Justo

As novas normas, alterações e interpretações de normas acima mencionadas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia

2.10 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2013--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Impostos--Continuação

respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Provisões--Continuação

encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Participações em sociedades coligadas

4.1 Movimentação dos investimentos

	Whirlpool S.A.	Outros	2013	2012
			Total	Total
No início do exercício	878.065	4.138	882.203	747.496
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	19.550		19.550	7.415
Equivalência patrimonial	360.778	400	361.178	269.229
Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos e propostos	(241.232)	(2)	(241.234)	(141.937)
No fim do exercício	1.017.161	4.536	1.021.697	882.203

4.2 Nossa participação

Quantidade de ações possuídas e participação no capital social da Whirlpool S.A:

Participação				Whirlpool S.A. em 31.12.2013				
Quantidade de Ações		No capital (%)						
Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro Líquido do Exercício
454.958.734	212.116.767	44,39	44,23	6.582.450	4.231.301	2.351.149	6.690.495	812.747

Notas Explicativas

4. Participações em sociedades coligadas--Continuação

4.3 Conciliação do Investimento

Para fins de equivalência patrimonial, não devemos considerar o saldo de pagamentos baseados em ações reconhecidos no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A, em atendimento ao CPC 10.

A conciliação do investimento ao exercício findo em 31 de dezembro 2013, é como segue:

	2013
	Total
Patrimônio líquido	2.351.149
Saldo pagamento baseado em ações	<u>(59.729)</u>
Patrimônio líquido ajustado	2.291.420
% de participação	<u>44,39%</u>
Investimento na coligada	<u>1.017.161</u>

5. Partes relacionadas

A Brasmotor S.A. é controlada pela Whirlpool do Brasil Ltda., a qual participa em seu capital em 77,85%. Indiretamente, a Brasmotor S.A tem como sua investidora, a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América.

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações financeiras com suas partes relacionadas.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração.

Notas Explicativas

5. Partes relacionadas--Continuação

O mútuo com a Whirlpool S.A. foi firmado tendo como pressuposto a existência de uma rentabilidade atrativa para a Brasmotor S.A. e com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção da Companhia. As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Brasmotor S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

	Ativo	
	2013	2012
Coligada		
Whirlpool S.A.	18.946	20.447
Total	18.946	20.447
Ativo circulante	49	48
Ativo não circulante	18.897	20.399
	Passivo	
	2013	2012
Coligada		
Whirlpool S.A.	801	669
Total passivo circulante	801	669

Dos saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir:

Ativo	Taxas	Mútuo	
		2013	2012
Coligada			
Whirlpool S.A.	100% CDI	18.897	20.399

O mútuo com a Whirlpool S.A. possui cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

		Receita Financeira	
		2013	2012
Coligada			
Whirlpool S.A.	Receita de juros	1.480	1.323

Por não haver funcionários ou pessoal-chave registrados na Companhia, não há divulgação da respectiva remuneração, conforme requerido pelo CPC 05.

Notas Explicativas

6. Outros ativos

	2013	2012
Adiantamentos (i)	2.071	2.071
Outras contas a receber	971	929
	3.042	3.000

(i) Refere-se à conta de *holdback* sobre operação de venda de investimento, realizada em novembro de 2005.

7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	2013	2012
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis	33	-
	33	-
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Bases negativas	898	930
Provisões temporariamente não dedutíveis	12	-
	910	930
Imposto de renda e contribuição social diferidos	943	930

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	2013	2012
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(271)	(3.119)
Imposto de renda diferido	33	(296)
Imposto de renda	(238)	(3.415)
Variação na:		
Contribuição social corrente	(74)	(793)
Contribuição social diferida	(20)	(445)
Contribuição social	(94)	(1.238)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Notas Explicativas

7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

A realização do crédito tributário se dará por meio de geração de lucros tributáveis futuros que ocorrerão quando do recebimento de juros sobre capital próprio da coligada Whirlpool S.A., oriundos de distribuição mínima obrigatória de lucros de exercícios futuros. O prazo previsto para a realização integral destes créditos tributários é de aproximadamente 3 anos.

A conciliação dos tributos lançados ao resultado do exercício da Companhia é como segue:

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	361.781	361.781	267.325	267.325
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(361.178)	(361.178)	(269.229)	(269.229)
Juros sobre capital próprio pago	-	-	(17.646)	(17.646)
Juros sobre capital próprio recebido	-	-	32.871	32.871
Outras	350	442	339	434
Base de cálculo	953	1.045	13.660	13.755
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Total	(238)	(94)	(3.415)	(1.238)

8. Impostos a recuperar

	2013	2012
IRPJ antecipado	195	135
PIS a compensar	9.710	9.291
IRRF a compensar	141	12
	10.046	9.438
Ativo circulante	336	148
Ativo não circulante	9.710	9.290

A realização dos impostos a recuperar se dará através de pedidos de compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar e demais tributos de natureza federal. O saldo remanescente realizar-se-á no prazo de até 3 anos.

Notas Explicativas

9. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos da Companhia. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação, como segue:

Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:	2013	2012
Trabalhista	4	4
Tributária	4.601	4.601
	4.605	4.605

Não houve movimentação nas provisões nos exercícios.

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante:

Depósitos judiciais	2013	2012
Trabalhista	576	576
Tributário	11.735	11.735
	12.311	12.311

- Em 1994, a Brasmotor S.A. interpôs uma ação judicial (Mandado de Segurança) pleiteando o reconhecimento do expurgo do Plano Verão (fevereiro de 1989), na base de cálculo do IR e da CSLL.

O pleito na ação é o reconhecimento do referido expurgo inflacionário na alíquota de 70,28% para o mês de fevereiro de 1989, sendo que foi reconhecido o direito, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no percentual de 42,72%. O referido entendimento foi mantido pelo STJ, que negou provimento a recurso da União.

Paralelamente a essa ação, foi interposta uma Medida Cautelar Incidental ao Mandado de Segurança para o depósito das quantias em discussão, o que foi feito em 29 de dezembro de 1994 nos valores de R\$2.424 e R\$2.601 a título de IR e CSLL, respectivamente, valores esses que correspondem ao efeito do expurgo na alíquota de 70,28%. Tais valores foram inicialmente provisionados pela Companhia e parcialmente revertidos em 2004 com relação aos valores incontroversos (diferença para o percentual de 42,72% já ganho), portanto, encontra-se provisionado um residual de R\$4.601, conforme demonstrado no quadro acima, para o qual existe depósito judicial equivalente.

Notas Explicativas

9. Provisão para demandas judiciais e administrativas--Continuação

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui demandas judiciais tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$9.515.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 2.864.444.110 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 986.060.042 em ações ordinárias e 1.878.384.068 em ações preferenciais.

Do montante do capital social, R\$102.561 são de acionistas residentes no exterior.

b) Reservas de lucros

- i) *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii) *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, atender ao plano de investimentos da Companhia e ao reforço do capital circulante.

c) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Refere-se aos efeitos reflexos sobre os ajustes de outros resultados abrangentes contidos no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A..

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de outubro de 2013, re-ratificada em 31 de outubro de 2013, ficou aprovada a distribuição de dividendos intermediários, para todas as ações integrantes do capital social atual (beneficiando os acionistas que se encontravam inscritos nos registros da Companhia em 25 de outubro de 2013, correspondente a 2.864.444.110 ações), da seguinte forma:

1. (a) R\$ 0,07906 por ação, para todas as ações ordinárias; e (b) R\$ 0,08697 por ação, para todas as ações preferenciais, relativos aos lucros disponíveis em Reservas de Lucros, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2013.

Notas Explicativas

10. Patrimônio líquido--Continuação

d) Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	361.449	262.672
Constituição da reserva legal (5%) – limitado a 20% do capital social	(4.439)	(13.134)
Lucro líquido ajustado	357.010	249.538
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	89.253	62.385
Distribuição dos juros sobre o capital próprio		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	-	5.699
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	-	11.947
	-	17.646
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	29.197	14.456
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	61.198	30.298
	90.395	44.754
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	90.395	62.400
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	986.060.042	986.060.042
Ações preferenciais	1.878.384.068	1.878.384.068
	2.864.444.110	2.864.444.110
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	-	0,00578
Ações preferenciais	-	0,00636
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,02961	0,01466
Ações preferenciais	0,03258	0,01613

A movimentação dos dividendos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	769
(+) Distribuição de dividendos do exercício	44.754
(+) Distribuição de juros sobre capital próprio	17.646
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	70.621
(-) Pagamentos	(133.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	348
(+) Distribuição de dividendos do exercício	90.395
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	150.926
(-) Pagamentos	(241.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	270

Notas Explicativas

10. Patrimônio líquido--Continuação

e) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. Em 2013 e 2012 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	361.449	262.672
Média ponderada de ações (em milhares)	2.864.444	2.864.444
Lucro básico por ação	0,1262	0,0917

11. Receitas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Atualização monetária de impostos	539	334
Receitas de juros	1.480	1.407
Outras receitas financeiras	-	1.184
	<u>2.019</u>	<u>2.925</u>

12. Relacionamento com auditores independentes

Atendendo à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº 381/03, informamos que:

No exercício de 2013, a Brasmotor S. A. utilizou serviços prestados pela Directa Auditores referente auditoria que estão em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Todos os serviços prestados pela Directa Auditores, de auditoria ou não, são, em observância às normas locais e internacionais aplicáveis, devidamente analisados e aprovados, principalmente quanto às questões de independência, pela Administração da Companhia, e adicionalmente pelo Comitê de Auditoria da Whirlpool Corporation, controladora da Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
BRASMOTOR S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da BRASMOTOR S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRASMOTOR S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2013, sem qualquer modificação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

CRC Nº 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, Directa Auditores. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Enrico Zito
Carlos Henrique Pinto Haddad

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, Directa Auditores. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Enrico Zito
Carlos Henrique Pinto Haddad